

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nº 1-07/26

Demonstrações Contábeis em 31/DEZ/25

Curitiba, 28 de julho de 2026

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/25.

Salientamos que a minuta do presente Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis foi tempestivamente disponibilizada à Administração, em conformidade com os prazos estabelecidos, até a data de início dos procedimentos de aprovação formal das referidas demonstrações.

PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
72

Assinado de forma digital
por PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
Dados: 2026.07.30
08:04:07 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, os saldos de depósitos vinculados a ações judiciais – leasing, bloqueios em conta corrente, ações judiciais – Portus, Recursos Interpostos, ações judiciais – VPNI e outras ações judiciais, que em 31 de dezembro de 2025 totalizam o valor de R\$ 419.874 mil (R\$ 381.841 mil em 31 de dezembro de 2024), conforme nota nº 10, estão em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2025.

Provisões para passivos contingentes trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 375.554 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 290.228 mil em 31 de dezembro de 2024) referente à ações trabalhistas. Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento destes processos judiciais, bem como nos controles

internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes trabalhistas. Consequentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências trabalhistas, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2025.

Retificação de Erros – Procedimentos Contábeis Incorretos

Os procedimentos de auditoria evidenciaram, conforme observado na Demonstração do Resultado do Exercício, conta denominada "Provisões Contábeis Líquidas", nota nº 26, que a Companhia efetuou ajustes na conta de Provisões para Contingências com o objetivo de adequar os saldos apresentados nas demonstrações contábeis. Entretanto, tais ajustes não foram realizados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido

Conforme apresentado na nota nº 18, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Especificamente quanto ao valor justo dos ativos do plano, conforme apresentado no quadro "Reconciliação do valor justo do ativo do plano" da citada nota 18, é possível ser observado uma redução significativa de valores, representado pelo reconhecimento de outras contas a pagar (pagamento complementar/adicional oriundo do rateio do acordo e destinado especificamente aos demais planos) vinculadas ao registro do Termo de Composição e Ajuste da Dívida – TCD firmado com a Portus – Instituto de Seguridade Social.

Por fim, ainda como ser observado nos quadros informativos contidos na nota 18, embora os valores finais (obrigação de benefício definido, valor justo dos ativos e valor líquido da obrigação) estejam adequados e devidamente representados nas demonstrações financeiras da Companhia, o detalhamento das movimentações indicadas como “redimensionamentos” não esclarecem/informam corretamente os motivos das variações que ocorreram no período.

Resultado do Exercício de 2025 – Eventos não operacionais

Conforme consta na Demonstração do Resultado, o exercício de 2025, comparativamente com o exercício de 2024, está impactado pelo movimento na conta de provisões contábeis líquidas (complemento referente ao processo vinculado ao Banco JP Morgan e reversão por conta do TCD Portus) e pelo aumento nas contas de outras receitas e despesas operacionais, ambas, principalmente, em função do registro contábil do Termo de Composição e Ajuste da Dívida – TCD firmado com a Portus – Instituto de Seguridade Social.

Base de Cálculo do IRPJ e CSLL – Despesa relacionada ao benefício pós emprego

Conforme apresentado na nota 30, a Companhia adicionou o valor de R\$ 890.148 mil na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, referente a despesa com o novo acordo firmado com a Portus (TCD), consequentemente não está aproveitando a referida despesa para a redução da base de cálculo. Considerando as particularidades do acordo firmado, a Companhia está em fase de estudo para concluir sobre a forma de aproveitamento da despesa no cálculo do IRPJ e CSLL nos limites de dedutibilidade admitido pela legislação tributária.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2024

Conforme mencionado na nota nº 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reapresentação de exercícios anteriores.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da

Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria e Revisão do Ano Anterior

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados cujo relatório datado de 17 de março de 2025, continha ressalvas com relação aos depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas e provisões para passivos contingentes trabalhistas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e

o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões



CONSULT AUDITORES

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de julho de 2026.

PAULO SERGIO DA SILVA:6726905297
2
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO DA SILVA:6726905297
Dados: 2026.07.30 08:04:33 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

PARAILIO DOMINGUES DA SILVA
FILHO:72958081915
Assinado de forma digital por PARAILIO DOMINGUES DA SILVA
FILHO:72958081915
Dados: 2026.07.30 08:09:51 -03'00'

Paraílho Domingues da Silva Filho
Contador CRCPR Nº 035.538/O-4 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
Ativo circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	375.443	482.072
Contas a receber de clientes	6	15.756	16.368
Créditos fiscais	7	5.992	5.234
Valores a receber	8	3.764	6.562
Outros ativos	9	7.424	7.182
		408.379	517.418
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	8	1.538	1.690
Depósitos judiciais	10	790.136	510.478
Créditos fiscais	7	61.497	79.275
Outros ativos	9	8.837	423
		862.008	591.866
Propriedade para investimento	11	8.219	9.050
Imobilizado	12	962.073	968.162
Intangível		11.722	2.141
		1.844.022	1.571.219
Total do ativo		2.252.401	2.088.637

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2025	2024
Passivo circulante			(Reapresentado)
Fornecedores	13	16.562	13.801
Obrigações trabalhistas e assistenciais	14	35.629	26.878
Obrigações tributárias	15	198.618	165.758
Obrigações contratuais	16	19.252	12.998
Benefícios pós emprego	18	99.113	25.048
Receitas diferidas	17	-	48.851
		369.174	293.334
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	15	751.681	538.974
Obrigações contratuais	16	5.566	154.093
Benefícios pós emprego	18	763.534	204.369
Provisão para contingências	19	1.519.670	2.095.314
Adiant. futuro aumento de capital	20	357.449	389.836
		3.397.900	3.382.586
Patrimônio líquido			
Capital social	21	2.162.322	2.162.322
Adiant. futuro aumento de capital	20	267.184	190.012
Outros resultados abrangentes		62.869	121.820
Prejuízos acumulados		(4.007.048)	(4.061.437)
		(1.514.673)	(1.587.283)
Total do passivo		2.252.401	2.088.637

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
			(Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	22	903.202	882.364
Custos da operação	23	(183.947)	(179.744)
Lucro bruto		719.255	702.620
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	24	(176.697)	(195.416)
Depreciação	25	(13.285)	(26.202)
Provisões contábeis líquidas	26	442.278	(368.400)
Outras receitas operacionais	27	177.669	295.662
Outras despesas operacionais	28	(890.156)	(8)
		(460.191)	(294.364)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		259.064	408.256
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	29	(83.885)	(50.367)
Resultado antes dos tributos		175.179	357.889
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	30	(88.808)	(85.082)
Contribuição social	30	(31.982)	(30.638)
		(120.790)	(115.720)
Resultado do exercício		54.389	242.169
Quantidade de ações		1.076.487.907	1.076.487.907
Lucro por milhares de ações do Capital Social		0,05	0,22

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
		(Reapresentado)
Resultado líquido do exercício	54.389	242.169
Outros resultados abrangentes	(58.951)	55.868
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(58.951)	55.868
Resultado abrangente do exercício	(4.562)	298.037

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2025 A 31/12/2025

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.061.437)	(1.587.283)
Perdas atuariais em planos de pensão	-	-	(58.951)	-	(58.951)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	77.172	-	-	77.172
Resultado do exercício	-	-	-	54.389	54.389
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.162.322	267.184	62.869	(4.007.048)	(1.514.673)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2024 A 31/12/2024

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	-	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)
Efeitos da reapresentação	-	-	-	(56.951)	(56.951)
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.162.322	-	65.952	(4.303.606)	(2.075.332)
Ganhos atuariais em planos de pensão	-	-	55.868	-	55.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012	-	-	190.012
Resultado do exercício	-	-	-	242.169	242.169
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.061.437)	(1.587.283)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
		(Reapresentado)
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do exercício	54.389	242.169
(+)/ (-) Ganhos e/ou perdas atuariais em planos de pensão	(58.951)	55.868
(+) Depreciação e amortização	34.032	47.840
(+) Baixas do imobilizado	-	2.728
(+) Baixas de propriedades para investimento	831	-
(+)/ (-) Variação monetária de créditos de acionistas	44.786	(161.085)
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.114)	(11.175)
(+) Provisão para contingências	(575.644)	(63.351)
(+) Receitas diferidas	(48.851)	(49.083)
(+) Benefícios pós emprego	633.230	6.822
Resultado ajustado	79.708	70.733
Variações no ativo		
Contas a receber	4.726	7.761
Créditos fiscais	17.021	(6.096)
Valores a receber	2.951	2.403
Depósitos judiciais	(279.659)	(21.841)
Outros ativos	(8.657)	52.492
Variações no passivo		
Fornecedores	2.760	(25.617)
Obrigações trabalhistas e assistenciais	8.750	8.962
Obrigações tributárias	245.566	64.141
Obrigações contratuais	(142.272)	16.720
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(69.106)	169.658
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e intangível	(37.523)	(189.741)
Propriedades para investimento	-	1.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(37.523)	(188.507)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	190.012
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	(106.629)	171.163
Caixa e equivalentes no início do exercício	482.072	310.909
Caixa e equivalentes no fim do exercício	375.443	482.072

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
		(Reapresentado)
Receitas	2.558.191	1.240.851
Tarifas portuárias	159.367	146.091
Arrendamentos operacionais e aluguéis	765.508	810.439
Provisão para perdas estimadas	(946)	(7.814)
Reversão de provisões	1.634.262	292.135
Insumos adquiridos de terceiros	(1.255.445)	(701.643)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(55.924)	(43.153)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(1.185.866)	(643.878)
Outros custos	(13.655)	(14.612)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.302.746	539.208
Depreciação e amortização	(34.063)	(67.184)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.268.683	472.024
Valor adicionado recebido em transferência	(559.749)	291.834
Receitas financeiras	174.411	70.348
Outras	(734.160)	221.486
Valor adicionado a distribuir	708.934	763.858
Distribuição do valor adicionado	708.934	763.858
Pessoal	268.301	281.867
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	201.318	169.829
Benefícios	(19.515)	40.056
FGTS	15.181	12.457
INSS	49.417	40.881
Provisões	20.831	18.018
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	1.069	626
Tributos	127.452	118.860
Federais	125.377	118.857
Municipais	2.075	3
Remuneração de capitais de terceiros	258.792	120.962
Despesas financeiras	258.296	120.715
Contratos	496	247
Resultado do exercício	54.389	242.169

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em lucro no montante de R\$ 54.389 mil (lucro de R\$ 242.169 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, e também está amparada pelo artigo 21, inciso XII, alínea “f”, da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece a competência material da União para explorar os portos. Adicionalmente, a PortosRio está subordinada a Lei nº 12.845/2013, que lhe compete as funções de autoridade portuária, tornando-a legalmente responsável por garantir o fluxo do comércio, a infraestrutura e a navegação nos portos organizados sob sua jurisdição.

Além disso, o serviço portuário é essencial à soberania e logística nacional, caracterizando “relevante interesse coletivo” (art. 173 da CF/88), e sua paralisação é jurídica e factualmente vedada. O Estatuto Social da Companhia reforça que suas atividades devem ser orientadas de modo a contribuir para o interesse público. A União, como controladora, atua como garantidora final da operação. Em razão deste arcabouço, afasta-se peremptoriamente a hipótese de descontinuidade, impondo-se a elaboração das demonstrações financeiras de 2025 sob a premissa inegociável da continuidade operacional.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

3 – Reapresentação para fins comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2024, originalmente divulgadas em 17/03/2025, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos dos demonstrativos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	482.072	-	482.072
Contas a receber de clientes	20.316	(3.948)	16.368
Créditos fiscais	5.234	-	5.234
Valores a receber	6.562	-	6.562
Outros ativos	7.182	-	7.182
	521.366	(3.948)	517.418
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	1.690	-	1.690
Depósitos judiciais	562.501	(52.023)	510.478
Créditos fiscais	71.437	7.838	79.275
Outros ativos	423	-	423
	636.051	(44.185)	591.866
Propriedade para investimento	9.050	-	9.050
Imobilizado	967.966	196	968.162
Intangível	-	2.141	2.141
	1.613.067	(41.848)	1.571.219
Total do ativo	2.134.433	(45.796)	2.088.637

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	13.801	-	13.801
Obrigações trabalhistas e assistenciais	26.878	-	26.878
Obrigações tributárias	157.900	7.858	165.758
Obrigações contratuais	12.834	164	12.998
Benefícios pós emprego	25.048	-	25.048
Receitas diferidas	48.851	-	48.851
	285.312	8.022	293.334
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	538.974	-	538.974
Obrigações contratuais	154.093	-	154.093
Benefícios pós emprego	204.369	-	204.369
Provisão para contingências	2.095.314	-	2.095.314
Adiant. futuro aumento de capital	389.836	-	389.836
	3.382.586	-	3.382.586
Patrimônio líquido			
Capital social	2.162.322	-	2.162.322
Adiant. futuro aumento de capital	190.012	-	190.012
Outros resultados abrangentes	121.820	-	121.820
Prejuízos acumulados	(4.007.619)	(53.818)	(4.061.437)
	(1.533.465)	(53.818)	(1.587.283)
Total do passivo	2.134.433	(45.796)	2.088.637

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	882.364	-	882.364
Custos da operação	(179.744)	-	(179.744)
Lucro bruto	702.620	-	702.620
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	(196.560)	1.144	(195.416)
Depreciação	(26.202)	-	(26.202)
Provisões contábeis líquidas	(368.400)	-	(368.400)
Outras receitas operacionais	295.662	-	295.662
Outras despesas operacionais	(8)	-	(8)
	(295.508)	1.144	(294.364)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	407.112	1.144	408.256
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	(52.356)	1.989	(50.367)
Resultado antes dos tributos	354.756	3.133	357.889
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	(85.082)	-	(85.082)
Contribuição social	(30.638)	-	(30.638)
	(115.720)	-	(115.720)
Resultado do exercício	239.036	3.133	242.169
Quantidade de ações	1.076.487.907		1.076.487.907
Lucro por milhares de ações do Capital Social	0,22		0,22

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	239.036	3.133	242.169
Outros resultados abrangentes	55.868	-	55.868
Ganhos atuariais em planos de pensão	55.868	-	55.868
Resultado abrangente do exercício	294.904	3.133	298.037

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo da atividade principal			
Resultado do exercício	239.036	3.133	242.169
(+) Ganhos atuariais em planos de pensão	55.868	-	55.868
(+) Depreciação e amortização	47.840	-	47.840
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	2.728	-	2.728
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	(161.085)	-	(161.085)
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(11.175)	-	(11.175)
(+) Provisão para contingências	(63.351)	-	(63.351)
(+) Receitas diferidas	(49.083)	-	(49.083)
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	6.822	-	6.822
Resultado ajustado	67.600	3.133	70.733
Variações no ativo			
Contas a receber	7.761	-	7.761
Créditos fiscais	(6.096)	-	(6.096)
Valores a receber	2.403	-	2.403
Depósitos judiciais	(19.852)	(1.989)	(21.841)
Outros ativos	52.492	-	52.492
Variações no passivo			
Fornecedores	(25.617)	-	(25.617)
Obrigações trabalhistas e assistenciais	8.962	-	8.962
Obrigações tributárias	64.141	-	64.141
Obrigações contratuais	16.720	-	16.720
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	168.514	1.144	169.658
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	(188.597)	(1.144)	(189.741)
Propriedades para investimento	1.234	-	1.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(187.363)	(1.144)	(188.507)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	190.012	-	190.012
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	190.012	-	190.012
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	171.163	-	171.163
Caixa e equivalentes no início do exercício	310.909	-	310.909
Caixa e equivalentes no fim do exercício	482.072	-	482.072

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	-	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)
Efeitos da reapresentação	-	-	-	(56.951)	(56.951)
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.162.322	-	65.952	(4.303.606)	(2.075.332)
Ganhos atuariais em planos de pensão	-	-	55.868	-	55.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012	-	-	190.012
Resultado do exercício	-	-	-	242.169	242.169
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.061.437)	(1.587.283)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

		2024	
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receitas	1.240.851	-	1.240.851
Tarifas portuárias	146.091	-	146.091
Arrendamentos operacionais e aluguéis	810.439	-	810.439
Provisão para perdas estimadas	(7.814)	-	(7.814)
Reversão de provisões	292.135	-	292.135
Insumos adquiridos de terceiros	(702.787)	1.144	(701.643)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(43.153)	-	(43.153)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(643.878)	-	(643.878)
Outros custos	(15.756)	1.144	(14.612)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	538.064	1.144	539.208
Depreciação e amortização	(67.184)	-	(67.184)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	470.880	1.144	472.024
Valor adicionado recebido em transferência	289.845	1.989	291.834
Receitas financeiras	68.359	1.989	70.348
Outras	221.486	-	221.486
Valor adicionado a distribuir	760.725	3.133	763.858
Distribuição do valor adicionado	760.725	3.133	763.858
Pessoal	281.867	-	281.867
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	169.829	-	169.829
Benefícios	40.056	-	40.056
FGTS	12.457	-	12.457
INSS	40.881	-	40.881
Provisões	18.018	-	18.018
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	626	-	626
Tributos	118.860	-	118.860
Federais	118.857	-	118.857
Municipais	3	-	3
Remuneração de capitais de terceiros	120.962	-	120.962
Despesas financeiras	120.715	-	120.715
Contratos	247	-	247
Resultado do exercício	239.036	3.133	242.169

3.1 Depósitos judiciais

Trata-se de correção no saldo das contas dos depósitos judiciais, considerando os ajustes realizados por conta do reconhecimento de resgates efetuados em exercícios anteriores.

Também ocorreram atualizações financeiras, bem como as baixas correspondentes de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Vide detalhes abaixo:

- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2008 a 2011 pelo BES Investimento do Brasil S.A. – processo nº 1998.001.185286-0, com resgates efetuados durante os anos de 2011 e 2012 e baixados efetivamente somente durante o primeiro trimestre de 2025, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado;
- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2006 e 2007 pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento – processo nº 1998.001.185286-0, com resgates efetuados durante o ano de 2007 e baixados efetivamente somente durante o segundo trimestre de 2025, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado;
- Diversos bloqueios judiciais trabalhistas, dos quais foram resgatados pelo autor em anos anteriores a elaboração destas demonstrações contábeis e baixados efetivamente somente durante o exercício de 2025, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico.

As correções se fizeram necessárias, pois tais recursos foram levantados em exercícios anteriores e baixados efetivamente somente durante o exercício de 2025.

3.2 Contas a receber de clientes

Trata-se de correção no saldo a receber de clientes com a adequação ao relatório financeiro de 31 de março de 2025, sendo valores de exercícios anteriores.

3.3 Créditos fiscais

Considerando as tratativas de regularização junto à Receita Federal do Brasil, os saldos foram corrigidos a fim de apresentar adequadamente, estando de acordo com as obrigações acessórias entregues ao fisco federal.

3.4 Imobilizado e despesas gerais e administrativas

Trata-se de uma adequação de saldo de uma obra que atualmente se encontra em andamento, a fim de apresentar adequadamente o saldo, vinculado com o andamento da obra e a respectiva execução do contrato.

3.5 Intangível

Trata-se de uma adequação de saldos que estavam vinculados como ativo imobilizado. Correção se fez necessária a fim de seguir os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Há também a adequação ao registro contábil relacionado ao sistema SILOG, para o qual foi alocado como ativo intangível no período de abril a junho de 2025.

3.6 Resultado financeiro líquido

Trata-se de lançamentos de atualização monetária de processos cíveis e trabalhistas, sendo efetuado a segregação entre o que é do ano corrente, do exercício imediatamente anterior e exercícios anteriores a 2023. Mais detalhes na nota explicativa 3.1 acima.

3.7 Obrigações tributárias

Foi realizado um trabalho pela assessoria tributária, visando a adequação dos registros de IRPJ e CSLL em suas obrigações acessórias e suas respectivas apurações de impostos. Após esta análise, se fez necessário o recolhimento de IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2021 e 2022, tendo a necessidade de reapresentação dos saldos contábeis.

3.8 Obrigações contratuais

Trata-se de correção no saldo a adiantamento de clientes com a adequação ao relatório financeiro de 31 de dezembro de 2025, sendo valores de exercícios anteriores.

4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;

- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;

- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD's são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, ISS, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Convergy Serviços e Contabilidade LTDA., contratada por meio do instrumento nº 01/2025, cujo objeto é a “prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável dos ativos (*impairment test*), revisões de vida útil e de valor residual”.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os gastos acumulados com bens físicos que ainda estão em fase de construção, instalação ou montagem e, portanto, ainda não estão operacionais.

4.9 Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil estimada e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos à despesa, quando incorridos.

4.10 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

4.11 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.12 Receitas diferidas

Valores relativo a contrato de cessão assinado pela Companhia que envolvem montantes de cessão, os quais são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

4.13 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.14 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuada o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados

como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

4.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.16 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

A partir do ano de 2025 não há mais incidência de ISS – Imposto sobre Serviços sobre as receitas tarifárias no município de Itaguaí devido a imunidade tributária.

4.17 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receitas de arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (Operações Compromissadas – CAC), vencíveis em até doze meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Banco do Brasil e CEF	22.062	1.502
Investimentos em renda fixa	353.381	480.570
Totais	375.443	482.072

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização, todos atualmente no Banco do Brasil.

6 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

Contas a receber – circulante	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Contas a receber	15.756	16.368
PECLD	-	-
Total contas a receber líquido – circulante	15.756	16.368
Contas a receber – não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	171.643	175.757
PECLD	(171.643)	(175.757)
Total contas a receber líquido – não circulante	-	-

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(175.757)	(184.474)
(-) Reversões	4.114	8.717
Saldo final	(171.643)	(175.757)

Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o normativo interno da Companhia.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia decidiu pela reclassificação destes saldos para o ativo não circulante.

7 – Créditos fiscais

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
				Reapresentado
Imposto de Renda	3.815	3.332	37.919	59.020
Contribuição Social	497	-	23.578	20.255
Pasep	442	439	-	-
Cofins	1.153	1.386	-	-
ISS a recuperar	85	77	-	-
Totais	5.992	5.234	61.497	79.275

Os valores no ativo circulante referem-se a créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, Pasep e Cofins, bem como do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Os montantes registrados no ativo não circulante são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022, os quais vem sendo atualizados pela taxa Selic. A variação no período está relacionada com as compensações destes referidos valores, os quais iniciaram no mês de outubro de 2025, continuando no exercício de 2026, gerando um ganho financeiro para a Companhia.

8 – Valores a receber

Os grupos valores a receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Acordos – créditos a receber	979	1.928	1.538	1.690
Empregados cedidos a outros órgãos	9.067	10.337	-	-
Outros valores a receber	1.558	4.217	-	-
(-) PECLD – Cedidos	(7.840)	(9.920)	-	-
Totais	3.764	6.562	1.538	1.690

Acordos – créditos a receber: compreende o saldo de acordos de confissão de dívidas firmados com clientes, sendo os mais relevantes: Pennant Serviços Marítimos, Prestomar Serviços Marítimos e Proamar Serviços Marítimos.

Empregados cedidos a outros órgãos: compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério de Portos e Aeroportos – MPA, Niterói Trânsito S.A. e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Mesmo com a pequena variação positiva no exercício, ainda há o indicativo de títulos em atraso e por este motivo foi constituída PECLD em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

9 – Outros ativos

Os grupos outros ativos, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas	2.885	382	2.848	-
Adiantamentos	4.477	6.736	-	-
Títulos em cobrança judicial	-	-	9.326	9.326
Outros valores	62	64	5.989	423
(PECLD)	-	-	(9.326)	(9.326)
Totais	7.424	7.182	8.837	423

Compõem as **Despesas antecipadas**, os seguros e a cessão de direito de uso de software. A variação no período se deu pelo registro da aquisição da cessão de direito de uso de software pelo período de 24 meses, impactando os saldos no ativo circulante e ativo não circulante. As respectivas apropriações iniciarão no mês de janeiro de 2026.

O grupo dos **Adiantamentos** é formado por fornecedores, férias e pelo adiantamento para suprimento de fundos.

Os valores classificados na conta **Títulos em cobrança judicial** representam as seguintes ações:

0019289-69.2004.8.19.0002 – Município de Niterói – Ação de despejo

5001047-89.2018.4.02.5111 – Prefeitura de Angra dos Reis – Desapropriação

5036374-91.2019.4.02.5101 – Trans Vigo Serviços Marítimos – Cobrança

5054112-24.2021.4.02.5101 – Ponto Filmes – Ação de despejo com cobrança

A Companhia constituiu PECLD para todos os valores em cobrança judicial.

10 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Ações judiciais – leasing	105.071	105.071
Bloqueios em conta corrente	184.746	144.369
Ações judiciais – Portus	9.652	13.045
Recursos interpostos	26.564	22.092
Ações judiciais – VPNI	2.769	2.769
Ações judiciais – impostos federais	352.493	124.180
Ações judiciais – IPTU	4.559	4.457
Ações judiciais – Dibens	13.210	-
Outras ações judiciais	91.072	94.495
Totais	790.136	510.478

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Ações judiciais – impostos federais: são valores relativos ao IRPJ, PIS e Cofins, os quais estão sendo discutidos judicialmente, no qual visa a imunidade tributária do IRPJ, bem como o enquadramento do PIS e Cofins no regime cumulativo. Os depósitos se iniciaram no mês de competência de fevereiro de 2024 e estão atualizados de acordo com os extratos judiciais.

Ações judiciais – IPTU: são valores relativos a IPTU do Município do Rio de Janeiro e de Itaguaí, os quais estão sendo discutidos judicialmente, visando o ressarcimento e estão atualizados de acordo com os extratos judiciais.

Ações judiciais – Dibens: são referentes a depósitos judiciais, nos autos da ação de execução extrajudicial nº 0044608-27.1994.4.02.5101, da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

11 – Propriedade para investimento

Trata-se de 40 (quarenta) itens patrimoniais distribuídos entre 25 (vinte e cinco) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para investimento foram avaliados em R\$ 1.693.565 mil (R\$ 1.633.919 mil em 31/12/2024).

12 – Imobilizado

O ativo imobilizado está assim composto:

Bens	Valor contábil em 01/01/2025			Movimentação janeiro a dezembro de 2025				Líquido
	Reapresentado			Adições	Baixas	Transf.	Dep.	
	Bruto	Dep.	Líquido					
Operação	1.083.802	(443.046)	640.756	1.906	-	2.246	(26.397)	618.511
Administração	185.698	(59.203)	126.495	22.721	-	1.393	(4.778)	145.831
Andamento	200.911	-	200.911	9.937	-	(13.117)	-	197.731
Totais	1.470.411	(502.249)	968.162	34.564	-	(9.478)	(31.175)	962.073

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

O montante de R\$ 9.478 mil foi transferido para o grupo do intangível, sendo apresentado em rubrica segregada no balanço, seguindo os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Substancialmente, o grupo Obras em Andamento está representado pelo contrato nº 47/2022 – serviços de dragagem no Cais da Gamboa, firmado com o Consórcio Chec Dredging, no valor global, em torno de R\$ 163.000 mil. Há outros valores e outras obras de menor relevância.

13 – Fornecedores

Trata-se do saldo (a vencer) a pagar aos fornecedores de bens e serviços, bem como outras contas a pagar tendo como prazo médio de pagamento de 30 (trinta) dias.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	16.003	13.375
Outras contas a pagar	559	426
Totais	16.562	13.801

14 – Obrigações trabalhistas e assistenciais

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	13.062	7.932
Consignações	217	309
Mesada judicial	220	78
Provisões e encargos	22.130	18.559
Totais	35.629	26.878

A variação mais expressiva refere-se a rubrica de provisões e encargos, em específico a provisão de férias, acompanhada de seus respectivos encargos.

15 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		
IPTU	-	-	6.873	6.873
ISS	263	288	5.132	5.224
Parcelamentos	168.910	123.012	342.287	332.861
Pasep/Cofins	-	-	196.556	88.569
IR e CSLL	14.749	22.050	164.306	71.930
INSS/FGTS	8.672	7.712	-	-
Taxa de ocupação	-	-	36.527	33.517
Outros	6.024	12.696	-	-
Totais	198.618	165.758	751.681	538.974

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 76 (setenta e seis) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024 em razão de discussão judicial e mantidos até então.

O **ISS** registrado no passivo circulante refere-se a retenção de serviços tomados. O saldo registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem duas modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, e dois acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual II e IV, assinados em 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021. Além destas duas modalidades, em meados do mês de outubro de 2025, foi firmado o Termo de Transação Individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN relativo ao reconhecimento de dívida conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional referente aos contratos de cessão de créditos nº 018 e 026 firmados com o Tesouro Nacional no ano de 2000, dos quais foram transferidos à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 010/98, de 11/03/98, celebrado com a arrendatária Libra Terminal Rio S.A. (atual International Container Terminal Services Inc. ICTSI), o qual estava registrado na rubrica “obrigações contratuais”, no passivo não circulante. A liquidação será realizada em 36 (trinta e seis) parcelas, com pagamentos iniciados no mês de outubro de 2025.

O grupo **Pasep/Cofins** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais, a partir da competência do mês de fevereiro de 2024 vêm sendo recolhidas judicialmente, dentro de seus respectivos vencimentos, conforme citado na nota explicativa nº 10.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real. Para o IRPJ, os valores vem sendo recolhidos judicialmente, por este motivo estão classificados no passivo não circulante, conforme citado na nota explicativa nº 10.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024 e atualizadas pelos Juros Selic.

O grupo **Outros** representa substancialmente impostos retidos sobre serviços tomados, regidos pela Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações.

16 – Obrigações contratuais

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		
Adiantamento de clientes	4.259	2.080	-	-
Expansão Terminal 1 (i)	7.651	7.651	-	-
Contrato Libra/ICTSI (ii)	-	-	-	154.093
Outros	7.342	3.267	5.566	-
Totais	19.252	12.998	5.566	154.093

- i. A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.
- ii. Os valores registrados nesta rubrica estavam relacionados ao reconhecimento de dívida conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional referente aos contratos de cessão de créditos nº 018 e 026 firmados com o Tesouro Nacional no ano de 2000, dos quais foram transferidos à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 010/98, de 11/03/98, celebrado com a arrendatária Libra Terminal Rio S.A. (atual International Container Terminal Services Inc. ICTSI). Em meados do mês de outubro de 2025, foi firmado o Termo de Transação Individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Os valores foram transferidos para a rubrica de “obrigações tributárias”, e há uma previsão de liquidação em 36 (trinta e seis) parcelas, sendo que os pagamentos iniciaram no mês de outubro de 2025.

17 – Receitas diferidas

Registro realizado de receita a apropriar referente ao contrato de cessão de créditos s/nº firmado com o Tesouro Nacional, no qual foi transferido à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com a arrendatária Sepetiba Tecon S.A., o qual teve seu encerramento no mês de outubro de 2025.

Estes registros foram realizados a fim de adequação dos saldos do passivo obrigacional e demonstração do impacto no resultado do exercício.

A apropriação da receita no resultado ocorreu, em base linear, durante o período de vigência do contrato, encerrando no mês de outubro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato Sepetiba Tecon	-	48.851
Totais	-	48.851

18 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A Portaria nº 570, de 27 de junho de 2025, da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, encerrou o regime especial de intervenção no PORTUS - Instituto de Seguridade Social, decretado pela Portaria Previc nº 459, de 22 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de agosto de 2011. A Portaria 570/2025 produz seus efeitos a contar de 30/09/2025.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contribuições correntes	951	638	-	-
Termo de compromisso financeiro (i)	-	24.410	-	190.835
Termo de composição e ajuste da dívida (ii)	98.162	-	763.534	-
Déficit atuarial	-	-	-	13.534
Totais	99.113	25.048	763.534	204.369

Até 31 de dezembro de 2024, o déficit atuarial da Companhia de R\$ 228.779 mil, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, foi calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o qual estava sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O fator mais relevante para a redução do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2024 foi o aumento da taxa de desconto, sendo que este impacto refletiu diretamente na diminuição do valor presente das obrigações futuras, resultando em um ajuste significativo nos cálculos.

Já o déficit atuarial de R\$ 861.696 mil apresentado em 31 de dezembro de 2025 tem total relação com o acordo firmado com o Portus – Instituto de Seguridade Social, o qual foi assinado no mês de março de 2025, com desembolsos iniciais vinculados aos honorários advocatícios de sucumbência e o início dos pagamentos das parcelas mensais deste referido termo em abril de 2025. Com este novo acordo, houve a indicação de que após a homologação do referido instrumento, o Termo de Compromisso Financeiro - TCF, firmado no Plano de Equacionamento de Déficit – PED, citado acima, ficaria

automaticamente cancelado.

(i) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 210.597. O saldo devedor estava sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial TCF	215.245	220.403
(-) Pagamentos	(4.053)	(15.302)
(+) Juros e atualização monetária	2.529	10.144
(-) Cancelamentos	(213.721)	-
Saldo devedor remanescente	-	215.245
Circulante	-	24.410
Não circulante	-	190.835

Cabe destacar que com o novo acordo com o Portus, o Termo de Compromisso Financeiro - TCF, firmado no Plano de Equacionamento de Déficit – PED, citado acima, ficaria automaticamente cancelado. Vide mais informações sobre este referido acordo no item (ii) abaixo.

(ii) A fim de regularizar a dívida vinculada ao Portus, a Companhia (Patrocinadora) firmou o termo de composição e ajuste da dívida – TCD. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil.

O saldo devedor está sendo liquidado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, iniciadas no mês de abril de 2025, com amortização calculada pelo sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal equivalente à taxa anual de 4,71%, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do termo de composição e ajuste da dívida após os registros contábeis acima mencionados:

TCD	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial TCD	890.148	-
(-) Pagamentos	(109.593)	-
(+) Juros e atualização monetária	81.141	-
Saldo devedor remanescente	861.696	-
Circulante	98.162	-
Não circulante	763.534	-

As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rofx Partners Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., são as seguintes:

Base de dados:

	31/12/2025	31/12/2024
Participantes ativos (passivo principal)	201	204
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.143	1.185
Aposentados	525	560
Pensionistas	618	625
Total de participantes	1.344	1.389
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,74	8,06

Premissas:

Premissas adotadas	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto (nominal)	11,09%	11,35%
Retorno esperado dos ativos do plano	11,09%	11,35%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Outras premissas atuariais materiais:

	31/12/2025	31/12/2024
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Grupo Americana desagravada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Alteração na obrigação de benefício definido

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	301.822	324.474
Custo do serviço atual	(34)	(13)
Custo dos juros	33.779	8.352
Benefício pago pelo plano	(45.639)	(14.219)
Contribuições do participante	6.346	2.021
Redimensionamento da obrigação	35.098	(18.793)
Efeito de mudanças nas premissas demográficas	-	(58)
Efeito de mudanças nas premissas financeiras	39.196	(18.632)
Efeito dos ajustes de experiência	(4.098)	(103)
Obrigação de benefício definido no final do ano	331.372	301.822

Reconciliação do valor justo do ativo do plano

	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	73.042	74.289
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(17.280)	1.792
Contribuições do empregador	90.269	8.672
Contribuições do participante	6.346	2.021
Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	(45.639)	(14.219)
Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	(454.008)	487
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	(347.270)	73.042

Nota: O cálculo do valor justo dos ativos (VJA) utilizado no relatório elaborado conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados tem como base os saldos informados nos balancetes da Portus, que seguem critérios definidos pela Previc e, portanto, adotam metodologia distinta daquela aplicada no referido CPC 33 (R1).

A variação observada entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025 decorre, principalmente, do reconhecimento do novo Termo de Confissão de Dívida (TCD). Sob a ótica da Previc, o valor integral do TCD é registrado como direito futuro do plano, resultando no aumento do ativo bruto informado nos balancetes. Entretanto, o CPC 33 (R1) estabelece que o VJA deve refletir apenas os valores efetivamente disponíveis na data-base. Assim, contribuições futuras, valores exigíveis e fundos ainda não realizados — embora reconhecidos pela Portus sob a ótica regulatória — são desconsiderados no cálculo contábil. Ainda assim, o valor expressivo do TCD influencia a composição do VJA, justificando a variação significativa no período.

Montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definidor	(331.372)	(301.822)
Valor justo dos ativos do plano	(347.270)	73.042

(Passivo) / ativo líquido inicial	(678.642)	(228.780)
(Passivo) / ativo líquido reconhecido	(678.642)	(228.780)
Contrato reconhecimento débitos da empresa (TCD/TCF)	861.696	215.246
(Passivo) / ativo líquido adicional reconhecido	(861.696)	(13.534)

Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido

	31/12/2025	31/12/2024
Valor líquido do passivo de benefício definido no início do ano	(228.780)	(250.185)
Custo do benefício definido incluído no resultado	(51.022)	(6.547)
Redimensionamento da obrigação de benefício definido	(522.161)	19.280
Contribuições do empregador	123.321	8.672
Passivo (ativo) líquido de benefício definido no final do ano	(678.642)	(228.780)

19 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo inicial 01/01/2025	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo final 31/12/2025
Ações trabalhistas	290.228	(165.507)	335.439	(84.606)	375.554
Ações cíveis	1.805.086	-	891.534	(1.552.504)	1.144.116
Ações tributárias	-	-	2.996	(2.996)	-
Totais	2.095.314	(165.507)	1.229.969	(1.640.106)	1.519.670

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Levando em consideração o citado acima, quanto ao complemento das contingências cíveis de R\$ 891.534, cabe destacar que substancialmente trata-se do processo nº 0005985-83.1997.4.02.5101, vinculado ao Banco JP Morgan, o qual refere-se a uma ação de execução de título extrajudicial referente a um contrato de leasing (contrato nº 1675-6/00-0), originalmente celebrado com a extinta Portobrás e sucedido pela CDRJ. A dívida, confessada em 1991 no valor de US\$ 11.000.882,24, passou por aditivos e renegociações, sendo que o inadimplemento de parcelas levou ao vencimento antecipado do contrato, resultando em uma execução inicial no valor de US\$ 35.135.894,31. O feito transcorreu na justiça estadual até 2019, quando, por impulso da CDRJ, foi declinado para a justiça federal em razão da mudança de natureza jurídica. Na justiça federal, a CDRJ logrou êxito em reduzir a penhora de renda

anteriormente fixada em 15% para 5%, que ensejou recurso de agravo do Banco JP Morgan, cujo provimento foi negado. Em 12/10/2020 foi proferida decisão fixando os valores devidos em: a) R\$ 34.707.627,72 (trinta e quatro milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos), a título de principal; b) R\$ 3.479.759,82 (três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos), a título de honorários. Tal decisão ensejou recursos de agravo de instrumento de ambas as partes. Após, foi requerido pela CDRJ a verificação se os valores depositados já eram suficientes para garantir a execução e tendo isso comprovado, o juízo autorizou a suspensão definitiva das penhoras, permanecendo o feito sobrestado até o julgamento final dos recursos. Em 16/01/2022, o juízo certificou a existência de R\$ 75.380.024,80, depositados no feito e com isso o Banco JP Morgan procedeu ao levantamento (em torno de R\$ 26 milhões). No agravo ingressado pela CDRJ, foi dado provimento determinando a remessa dos autos à contadoria para aferir a precisão do índice de correção monetária adotado pela decisão agravada para o mês de dezembro de 1993, tendo por termo inicial a data de atualização do cálculo que instruiu a inicial da ação de execução originária (09/12/93). Já o agravo ingressado por Banco JP Morgan e Castro Barros (advogado do autor), pleiteando os valores que supostamente entendiam devidos foi provido no STJ após recurso (agravo interno), tendo a CDRJ ingressado com embargos de declaração. Por fim, o Banco JP Morgan juntou planilha aos autos, informando como ainda devida a quantia de R\$ 890 milhões de reais e diante da dúvida quanto ao valor informado, a PortosRio e a sua assessoria contábil apontam como correto o valor apurado, gerando a mudança na probabilidade de perda deste processo como efeitos no fechamento do balanço de 2025.

Historicamente este processo vinha sendo classificado pelo nosso departamento jurídico como perda remota, contudo, em razão do exposto acima, durante o fechamento das contingências para o 2º trimestre de 2026, teve sua mudança para perda provável e considerando que esta alteração ocorreu durante a finalização do balanço de 2025, o que representa um fato típico de evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, a Companhia decidiu pelo reconhecimento em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente e por consequência, o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Por outro lado, a reversão das contingências cíveis está totalmente vinculada com o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil, revertendo a contingência ora constituída no montante de R\$ 1.522.280 mil em 31 de março de 2025. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18.

Adicionalmente, os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0100579-23.2025.5.01.0067	Sind. Trab. Serviços Portuários dos Portos do Rio de Janeiro	Plano de saúde	36.632
0100059-04.2025.5.01.0022	Edson de Almeida	Reajuste salarial	5.868
0100097-44.2017.5.01.0071	Omar Martins Borges	VPNI e seus reflexos	5.517
0100320-22.2025.5.01.0069	Roberto Cerqueira Pinho	Reajuste salarial	5.465
0100394-23.2025.5.01.0022	Alvaro de Jesus Castro	Reajuste salarial	5.268

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0005985-83.1997.4.02.5101	Banco JP Morgan S/A	Execução de título extrajudicial	891.529
0044608-27.1994.4.02.5101	Dibens Leasing	Execução de título extrajudicial	189.150
0022386-50.2003.4.02.5101	Ministério Público Federal	Ação civil por danos ao erário	50.000
0264108-61.2014.8.19.0001	Município do Rio de Janeiro	Cobrança	13.000
5007404-08.2024.4.02.5101	União Federal	Imóvel	218

19.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à Companhia em R\$ 419.191 mil (R\$ 344.848 mil em 31/12/2024), sendo:

Ações trabalhistas	R\$ 227.452
Ações cíveis	R\$ 191.518
Ações tributárias	R\$ 221

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0100902-13.2024.5.01.0245	Tiago Malta de Ribeiro	Responsabilidade solidária	7.451
0101332-20.2024.5.01.0065	Paulo Roberto Curcio Junior	Equiparação salarial	7.246
0100901-28.2024.5.01.0245	Tiago Malta de Ribeiro	Responsabilidade solidária	5.748
0101304-25.2024.5.01.0074	Felipe Cesar Pereira Rodrigues	Reajuste salarial	4.202
0102108-50.2017.5.01.0005	Manuel Rodrigues Calaca	VPNI e seus reflexos	3.028

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0006641-54.2008.4.02.5101	DM Construtora de Obras Ltda.	Contrato	100.000
5037687-87.2019.4.02.5101	Multi-Rio Operações Portuárias	Movim. mínima contratual	60.030
5015851-87.2021.4.02.5101	Companhia Port. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	19.298
0010847-49.2006.8.19.0001	TPAR Terminal Portuário Angra	Contrato	4.070
5098154-32.2019.4.02.5101	ICTSI Rio Brasil Terminal	Movim. mínima contratual	2.444

20 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia, sendo que tais valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998:

	31/12/2025	31/12/2024
AFAC atualizável	147.342	147.342
AFAC não-atualizável	-	77.174
Correção	210.107	165.320
Totais	357.449	389.836

Durante o terceiro trimestre de 2024, houve um novo aporte como adiantamento para futuro aumento de capital, advindo da Secretaria Nacional dos Portos (R\$ 190.012 mil), os quais serão destinados a programas de investimentos na Companhia, tendo sido classificado dentro do Patrimônio Líquido conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º do Decreto 2.673 de 16 de julho de 1998. Além disso, durante o segundo trimestre de 2025 foram reclassificados o montante de R\$ 77.172 mil do passivo não circulante para o patrimônio líquido, os quais não sofriam incidência de atualização financeira e estão representados no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
AFAC não-atualizável	267.184	190.012
Totais	267.184	190.012

21 – Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.162.322 mil, em 31/12/2025 e em 31/12/2024 está representado por 1.076.487.907 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	538.163.976	538.163.975	1.076.327.951
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	538.243.955	538.243.952	1.076.487.907

22 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrendamentos	819.245	814.573
Receitas tarifárias	174.428	161.045
Impostos federais	(90.131)	(90.817)
Impostos municipais	(340)	(2.437)
Receita operacional líquida	903.202	882.364

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

23 – Custos da operação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	(124.221)	(104.925)
Manutenção	(25.012)	(23.393)
Serviços de terceiros	(2.915)	(2.594)
Depreciação e amortização	(20.779)	(40.982)
Provisões	(9.076)	(7.850)
Impostos e taxas	(1.944)	-
Totais	(183.947)	(179.744)

Para os custos com pessoal e encargos, estes sofrem impacto de acordo coletivo com dissídio, bem como promoções. Para a depreciação e amortização, alguns itens cessaram sua depreciação no encerramento do exercício de 2024, impactando consideravelmente no período de janeiro a dezembro de 2025. Por fim, os outros valores desta rubrica estão em linha, sem grandes variações.

24 – Despesas gerais e administrativas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Pessoal e encargos	(123.250)	(158.924)
Manutenção	(36.718)	(27.475)
Serviços de terceiros	(3.298)	(1.038)
Legais, judiciais e contratuais	(7.078)	(1.573)
Impostos e taxas	(4.743)	(4.873)
Outras	(1.610)	(1.533)
Totais	(176.697)	(195.416)

A principal variação desta rubrica está vinculada com os valores registrados com pessoal e encargos, os quais sofrem impacto de acordo coletivo com dissídio, bem como promoções, contudo, cabe destacar que a variação negativa se deu pelos registros contábeis considerando o relatório atuarial, com impactos consideráveis no período de janeiro a dezembro de 2025. Os outros valores desta rubrica estão em linha, sem grandes variações.

25 – Depreciação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação bens em operação	(11.421)	(24.224)
Depreciação bens da administração	(1.864)	(1.978)
Totais	(13.285)	(26.202)

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica estimada para cada classe de bens.

Alguns itens cessaram sua depreciação no encerramento do exercício de 2024, impactando consideravelmente no período de janeiro a dezembro de 2025.

26 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
PECLD	6.187	16.796
Provisão de férias	14.285	13.606
Provisão para o 13º salário	(8.308)	(7.193)
Provisão p/ FGTS do 13º salário	(513)	(444)
Provisão para contingências	430.627	(391.165)
Totais	442.278	(368.400)

Em relação à Provisão para contingências, a variação está representada pela reversão das contingências cíveis com o Portus, a qual está totalmente vinculada com o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18.

A rubrica de provisão para contingências também está impactada pelo registro do processo nº 0005985-83.1997.4.02.5101, vinculado ao Banco JP Morgan, o qual refere-se a uma ação de execução de título extrajudicial referente a um contrato de leasing (contrato nº 1675-6/00-0), originalmente celebrado

com a extinta Portobrás e sucedido pela CDRJ. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 19.

27 – Outras receitas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Aluguel	20.853	18.005
Alienação de bens	8.096	26.687
Taxa administrativa	517	397
Receita com aluguel – Encontro de contas	-	55.722
Receita escritura pública de desapropriação Município do Rio de Janeiro – Encontro de contas	-	92.699
Ajustes de avaliação patrimonial – Encontro de contas	-	76.072
Recuperação de IPTU	-	19.359
Saldo da dívida firmada com o Portus – TCF	147.730	-
Outras receitas operacionais	473	6.721
Totais	177.669	295.662

A principal variação está relacionada ao registro da baixa da dívida considerando o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Vide mais informações na nota explicativa nº 18.

28 – Outras despesas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas contratuais - TCD Portus	(890.148)	-
Outras despesas operacionais	(8)	(8)
Totais	(890.156)	(8)

A principal variação está totalmente vinculada com o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil, o qual foi registrado como despesa no período de janeiro a março de 2025. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18.

29 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Receitas financeiras sobre créditos	98.716	51.553
Saldo da dívida firmada com o Portus – TCF	67.225	-
Variações monetárias ativas	7.628	16.444
Juros ativos	816	2.209
Descontos obtidos	-	133
Outras receitas financeiras	26	9
Total receitas financeiras	174.411	70.348
Juros sobre encargos tributários	(75.721)	(57.357)
Despesas financeiras sobre créditos	(176.156)	(62.688)
Tarifas bancárias	(231)	(234)
Juros de mora	(1.718)	(331)
Multas e emolumentos diversos	(205)	(105)
Outras despesas financeiras	(4.265)	-
Total despesas financeiras	(258.296)	(120.715)
Total resultado financeiro líquido	(83.885)	(50.367)

A principal variação está relacionada ao registro da baixa da dívida financeira considerando o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Vide mais informações na nota explicativa nº 18.

As despesas financeiras sobre créditos também sofreram o impacto do novo termo firmado com o Portus, que vem sendo atualizado por juros mensal equivalente à taxa anual de 4,71%, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, além disso a amortização é pela tabela Price.

As demais receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos, depósitos judiciais e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As demais despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

30 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL	175.179	357.889
Adições		
Provisão para contingências	1.179.283	642.552
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	946	7.814
Tributos federais - exigibilidade suspensa	124.068	91.413
Acordo com o Portus	890.148	-
Multas indedutíveis	60	6.154
Outras adições	6.640	-
Total	2.201.145	747.933
Exclusões		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.133)	(24.611)
Reversão de provisão para contingências	(1.609.910)	(577.616)
Tributos federais - exigibilidade suspensa	(31.641)	(6.658)
Baixa valor original dívida Portus TCF	(147.730)	-
Efeitos do relatório atuarial - CPC 33	(72.299)	(7.483)
Outras exclusões	-	(3.132)
Total	(1.868.713)	(619.500)
Lucro ajustado	507.611	486.322
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(152.283)	(145.897)
Lucro real	355.328	340.425
IRPJ	53.299	51.064
Adicional de IRPJ	35.509	34.019
Provisão para o IRPJ	88.808	85.082
Provisão para a CSLL	31.982	30.638

31 – Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com o Tesouro Nacional no qual transferiu à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

O contrato teve sua vigência até 1º de outubro de 2025. Toda a receita diferida deste contrato estava registrada na rubrica “receitas diferidas” e foi apropriado até o mês de outubro de 2025. Mantivemos a apresentação da nota explicativa nº 17, para fins de comparabilidade.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a Companhia efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da Companhia as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água.

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério de Portos e Aeroportos – MPA

Niterói Trânsito S.A.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no exercício de 2025 foi de R\$ 11.879 mil (R\$ 6.649 mil em 2024) e valor médio mensal foi de R\$ 990 mil (R\$ 554 mil em 2024).

Outras transações: A PortosRio mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da PortosRio; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à PortosRio.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em milhares de Reais):

Custos com remunerações, encargos e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo		
Honorários, benefícios e encargos	1.528	1.381
Remuneração variável	373	357
Benefícios pós emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	465	39
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	281	-

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2025	2024
Conselho de Administração	251	313
Conselho Fiscal	211	207
Comitê de Auditoria Estatutário	136	139

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2025		2024	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior remuneração	35	62	34	62
Menor remuneração	31	3	29	2
Remuneração média	32	26	31	22

32 – Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 28 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**
Data: 29/07/2026 13:35:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 069.622.877-71

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO JOSE DE SOUSA DIOGO**
Data: 28/07/2026 14:21:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO
DIRETOR
CPF: 660.152.783-15

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO GANEM LEAL**
Data: 29/07/2026 11:30:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO GANEM LEAL
DIRETOR
CPF: 055.645.687-45

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO MEIRA JUNIOR**
Data: 29/07/2026 12:00:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDO MEIRA JUNIOR
DIRETOR
CPF: 022.656.997-72

JOAO BATISTA DA ROCHA
RIBEIRO:03587666997
Assinado de forma digital por
JOAO BATISTA DA ROCHA
RIBEIRO:03587666997
Dados: 2026.07.28 13:11:06 -03'00'

JOÃO BATISTA DA ROCHA RIBEIRO
CONTADOR – CRC/PR 055498/O-4 T
CPF: 035.876.669-97